



**De Museu Indígena Anízia Maria
a Museu dos Povos Indígenas do
Piauí: processos museológicos
colaborativos, contra-narrativas e
protagonismo político dos Tabajara
e Tapuio – Itamaraty/PI**

**Anna Bottesi, Elayne da Silva Nascimento e
Helane Karoline Tavares Gomes**

Práticas da História, n.º 19 (2024): 69-103

www.praticasdahistoria.pt

This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020, UIDP/04666/2020, UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 and LA/P/0132/2020.

**Anna Bottesi, Elayne da Silva Nascimento
e Helane Karoline Tavares Gomes**

**De Museu Indígena Anízia Maria a Museu dos Povos Indígenas do
Piauí: processos museológicos colaborativos, contra-narrativas e
protagonismo político dos Tabajara e Tapuio – Itamaraty/PI**

No dia 30 de agosto de 2023, na comunidade de Nazaré (município de Lagoa de São Francisco-PI), foi inaugurado o Museu dos Povos Indígenas do Piauí (MUPI). As narrativas desenvolvidas pelas mídias municipais e estaduais abordam o evento como o sucesso de uma iniciativa promovida pelas instituições estaduais que buscam apoiar as reivindicações políticas dos povos indígenas. Na realidade, o MUPI constitui o resultado de um conjunto de processos mais complexos e articulados em nível local, estadual e nacional que têm nos povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty, moradores da comunidade Nazaré, seus protagonistas e no Museu Indígena “Anízia Maria” o instrumento privilegiado para o reconhecimento de memórias e identidades silenciadas. Este artigo analisa algumas etapas desta trajetória desde 2016 até os dias de hoje, focando nos eventos mais marcantes associados ao processo de fortalecimento identitário e político dos povos Tabajara e Tapuio que corroboraram com a criação do MUPI. Palavras-chave: museus indígenas; povos indígenas no Piauí; mobilização política; narrativas contra-hegemônicas.

**From ‘Anízia Maria’ Indigenous Museum to Museum of the
Indigenous Peoples of Piauí: Collaborative Museological
Processes, Counter-Narratives and Political Protagonism of the
Tabajara and Tapuio – Itamaraty/PI**

On August 30, 2023, the Museum of Indigenous Peoples of Piauí (MUPI) was inaugurated in the community of Nazaré (municipality of Lagoa de São Francisco-PI). The narratives developed by municipal and state media portray the event as the success of an initiative promoted by state institutions aiming to support the political demands of Indigenous people. In reality, MUPI is the result of a set of more complex and articulated processes at local, state, and national levels, with the Tabajara and Tapuio-Itamaraty peoples—residents of the Nazaré community—as its protagonists and the Indigenous Museum “Anízia Maria” as the privileged instrument for recognizing silenced memories and identities. This article examines key stages of this trajectory from 2016 to the present, focusing on the most significant events related to the process of identity and political strengthening of the Tabajara and Tapuio peoples, which contributed to the creation of MUPI. Keywords: indigenous museums; indigenous peoples in Piauí; political mobilisation; counter-hegemonic narratives.

De Museu Indígena Anízia Maria a Museu dos Povos Indígenas do Piauí: processos museológicos colaborativos, contra-narrativas e protagonismo político dos Tabajara e Tapuio – Itamaraty/PI

Anna Bottesi, Elayne da Silva Nascimento
e Helane Karoline Tavares Gomes*

Introdução: um “novo” Museu para os Povos Indígenas do Estado do Piauí

No dia 30 de agosto de 2023 foi inaugurado, na comunidade Nazaré (município de Lagoa de São Francisco), estado do Piauí, o Museu dos Povos Indígenas do estado do Piauí (MUPI). Durante o mês de junho de 2023, o portal oficial do governo do estado do Piauí circulava a notícia desse evento, referindo-se a ele como um marco das conquistas dos povos originários do Piauí. Para fortalecer esse discurso, além de representantes dos órgãos estaduais, foi convidada para participar do evento Sônia Guajajara, liderança indígena que ocupa o cargo de Ministra de Estado dos Povos Originários, no Ministério dos Povos Indígenas¹. Sua presença, que poderia indicar finalmente uma mudança de

* Anna Bottesi (anna.bottesi@gmail.com).  <https://orcid.org/0000-0001-5694-8704>. Università di Bologna - Via Zamboni, 33 - 40126 Bologna, Itália; Elayne da Silva Nascimento (elayne19011997@gmail.com). Museu dos Povos Indígenas do Piauí/MUPI, Comunidade Nazaré, Lagoa de São Francisco, CEP:64258-000, PI, Brasil; Helane Karoline Tavares Gomes (helanekarolinetavares@gmail.com).  <https://orcid.org/0009-0005-0102-9651>. Universidade Estadual do Piauí, Rua João Cabral, n.º 2231, Bairro Pirajá, Teresina – PI, Brasil. Artigo original: 31-03-2024; artigo revisado: 13-08-2024; aceite para publicação: 18-11-2024.

¹ Brasil – Ministério dos Povos Indígenas, “Piauí agora tem um Museu dos Povos Indígenas”, Brasília, 31 de agosto de 2023. Disponível em Instagram.com (acesso em 23 de março de 2024).

trajetória com relação à inclusão dos povos indígenas na implementação de políticas públicas entra em dissonância com outro processo que adquire força nos meses subsequentes à inauguração, manifestado nas narrativas difundidas sobre esse fato histórico pelos veículos de maior circulação no estado do Piauí. Estamos nos referindo ao processo de apropriação, por parte das autoridades governamentais, do crédito por um sucesso que longe de ser fruto de uma iniciativa estadual, como apontam a maioria das matérias publicadas pelas mídias, é o resultado de um processo de mobilização política protagonizado pelos povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty, que habitam a comunidade Nazaré, no município de Lagoa de São Francisco.

O artigo publicado em 29 de agosto de 2023² e a nota publicada pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Piauí³ enfatizam o caráter pioneiro da política pública representada pela construção e inauguração da sede do primeiro Museu Indígena do estado. Nos veículos de comunicação ligados à Assembleia Legislativa do Piauí, especificamente no portal da TV Assembleia, as narrativas relacionadas à inauguração do espaço seguem o mesmo tom, agora associadas ao culto à personalidade do governador do estado, Rafael Fonteles⁴. Este, por sua vez, no seu discurso oficial correlaciona a presença do museu indígena ao “reconhecimento da sociedade e dos próprios indígenas sobre a importância dos povos originários na construção do povo e das terras piauienses”. Entretanto, essa narrativa invisibiliza totalmente os processos organizativos e a luta histórica dos indígenas Tabajara e Tapuio-Itamaraty pelo reconhecimento da própria identidade indígena,

2 Piauí – Secretaria de Governo, “Primeiro Museu Indígena do Piauí será inaugurado nesta quarta (30)”, 29 de agosto de 2023. Disponível em: <https://antigo.pi.gov.br/noticias/primeiro-museu-indigena-do-piaui-sera-inaugurado-nesta-quarta-30/#:~:text=O%20Museu%20An%C3%ADzia%20Maria%20dos,povos%20origin%C3%A1rios%20do%20territ%C3%B3rio%20piauiense> (acesso em 24 de março de 2024).

3 Gleyca Lima, “Primeiro Museu Indígena do Piauí é inaugurado em Lagoa de São Francisco”, *Piauí – Secretaria de Cultura do Governo do Estado*, 30 de agosto de 2023. Disponível em: <http://www.cultura.pi.gov.br/primeiro-museu-indigena-do-piaui-e-inaugurado-em-lagoa-de-sao-francisco/> (acesso em 24 de março de 2024).

4 Antônio Luis Moreira Bezerra, “Rafael inaugura museu indígena em Lagoa de São Francisco”, Assembleia Legislativa do Piauí, 30 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/tv/noticias-tv-1/rafael-inaugura-museu-indigena-em-lagoa-do-sao-francisco> (acesso em 24 de março de 2024).

atribuindo ao ex-governador Wellington Dias a idealização de construção do museu⁵.

É pertinente mencionar a existência de um museu indígena na comunidade de Nazaré (o Museu Indígena Anízia Maria, também conhecido como Mia Maria) muito antes da criação do MUPI e a forma como o Mia Maria é reduzido a uma homenagem a Anízia Maria, uma personagem histórica lembrada pela comunidade por seu legado cultural, histórico e familiar. Esse artigo tem como objetivo subverter esta narrativa, ilustrando como a construção do MUPI é, antes de tudo, o resultado de uma trajetória de luta, de longa duração, na qual o estado participou como apoiador sempre a partir das demandas defendidas pelos representantes da comunidade. Nas páginas seguintes serão, então, descritas as muitas atividades que envolveram a comunidade, desde 2016, ano correspondente a fundação do Mia Maria e início oficial do processo de afirmação como comunidade indígena organizada dos Tabajara e Tapuio-Itamaraty. Consideramos fundamental registrar parte desse percurso de fortalecimento étnico e político que não pode ser invisibilizado, tampouco correr o risco de não receber o adequado reconhecimento no espaço e no debate público sobre os direitos das comunidades tradicionais.

O silenciamento da presença indígena tem sido, de fato, uma atitude historicamente difundida na região Nordeste do Brasil⁶, especialmente no estado do Piauí, último a reconhecer a existência de comunidades etnicamente diferenciadas do resto da sociedade brasileira. Apenas recentemente a população indígena passou a ser registrada nos censos demográficos oficiais, chegando a contabilizar, no ano de 2021, com 27 comunidades distribuídas em 10 municípios, totalizando 4.200

5 Graciane Araújo, “‘Mantém viva a memória’, diz Sônia Guajajara sobre primeiro museu indígena do Piauí”, *Cidade Verde.com*, 30 de agosto de 2023. Disponível em: https://cidadeverde.com/noticias/398474/mantem-viva-a-memoria-diz-sonia-guajajara-sobre-primeiro-museu-indigena-do-piaui#google_vignette (acesso em 24 de março de 2024).

6 Maria Regina Celestino de Almeida, *Os índios na História do Brasil* (Rio de Janeiro: FGV, 2010); João Paulo Peixoto Costa, “A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí”, em *Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena*, ed. Áurea Pinheiro e Luis Jorge Gonçalves (Teresina: EDUFPI, 2011), 140-161.

indivíduos⁷. Os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2022, revelaram a presença de 7.198 indivíduos autodeclarados, em 157 municípios do estado do Piauí. Esse reaparecimento no espaço público é resultado dos muitos casos de reelaborações culturais e organização política de grupos étnicos que o estado do Piauí vem presenciando desde a década de 1990. Compreendemos esse fenômeno, também conhecido como etnogênese ou emergência étnica, como um processo de emergência histórica de um povo que se autodefine em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e da reinvenção de tradições culturais indígenas⁸.

Os Tabajara e Tapuío-Itamaraty encontram-se entre os primeiros grupos étnicos a trilhar esse caminho no estado do Piauí, fundamentando sua decisão de afirmação, enquanto comunidade indígena, na existência de práticas, conhecimentos e memórias que remetem a uma vivência diferenciada das experiências das comunidades vizinhas⁹. O início desse processo foi impulsionado pelo trabalho de missionários e das Comunidades Eclesiásticas de Base, desde a década de 1970, associadas à atuação do Centro de Formação Mandacaru¹⁰. A presença desses atores na região conhecida como grande Pedro II, que engloba o município de Lagoa de São Francisco, levou à implementação de uma série de projetos educacionais no intuito de promover a transmissão do conhecimento local para fins culturais e aprimoramento social. Em determinadas ocasiões, esses atores perceberam que aspectos relacionados à cultura e estilo de vida, dos habitantes da comunidade Nazaré, assemelhavam-se a outras sociedades indígenas. A realização do “Diagnóstico participativo dos pequenos produtores rurais da comunidade de Nazaré, Pedro II”,

7 APOINME, *Censo demográfico dos povos indígenas do Piauí* (Lagoa de São Francisco, Piauí, 2021).

8 João Pacheco de Oliveira, *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória* (Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011); João Pacheco de Oliveira, *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999).

9 Anna Bottesi, “‘Se esconder para resistir, aparecer para existir’: autorrepresentação e resgate dos saberes tradicionais no Museu Indígena ‘Anízia Maria’ da comunidade Tabajara e Tapuío de Nazaré, Brasil” (dissertação de mestrado, Università degli Studi di Torino, 2019).

10 Entidade filantrópica fundada em 30 de novembro de 1991, no município de Pedro II, Piauí.

em colaboração com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 1995, configura-se como um momento crucial em que foram lançadas reflexões sobre a constituição étnica da comunidade. Embora nesse período a comunidade não fosse explicitamente marcada por um discurso étnico, várias atividades praticadas diariamente na comunidade relacionavam-se a atividades e práticas observáveis em culturas indígenas¹¹.

Entre as famílias de Nazaré, foram principalmente os Sinézio¹² que acolheram esse estímulo de trazer à tona histórias e linhagens latentes – mas não esquecidas – na mente dos mais velhos, iniciando um processo de articulação de uma memória coletiva a partir da reinterpretação de algumas experiências como indicadoras de uma ancestralidade indígena. Um importante incentivo para a institucionalização desse processo nos anos seguintes foi, sem dúvida, a presença de uma rede de intercâmbio com comunidades que, em regiões mais ou menos distantes, viviam experiências semelhantes¹³. Esse circuito, definido já em 1942 por Carlos Estevão Oliveira como “circuito cultural”¹⁴, inclui a presença de um substrato de elementos culturais cujo fortalecimento ou reintrodução (quando não presentes) são indispensáveis no reconhecimento de um grupo enquanto comunidade indígena. Este é fundamentado em dois âmbitos, interno (entre os indivíduos que reivindicam essa identidade) e externo (e, portanto, também juridicamente, perante os órgãos administrativos estaduais e federais). Isso não significa que aqueles que vivenciam esse processo se conformem a formas culturais homogêneas

11 Anna Bottesi, “Se esconder para resistir”; Helane Karoline Tavares Gomes, Anna Bottesi e Elayne da Silva Nascimento, “Trajetórias e processos no Museu Indígena Anízia Maria da comunidade Tabajara e Tapuio-Itamaraty, estado do Piauí”, em *Anais do I Fórum Internacional Indígenas na História* (novembro de 2021): 1-15; Helane Karoline Tavares Gomes, “Etnicidade e mobilização social indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (1990-2019)” (TCC, Universidade Estadual do Piauí, 2020).

12 A família Sinézio (também reconhecida pelo apelido de “Niza”) é uma das famílias centrais no processo de mobilização política, pois seus membros mantêm um forte compromisso com a busca dos direitos relacionados à ancestralidade indígena. Sua história remete a duas indígenas, Antonia Jacinta e Josefa Jacinta, que foram “pegas a dente de cachorro” e das quais todos descendem, inclusive Anízia Maria, filha de uma delas, e a quem o museu indígena é dedicado.

13 José Maurício Arruti, “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”, em *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*, ed. João Pacheco de Oliveira (Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria – LACED, 1999), 229-278.

14 Carlos Estevão de Oliveira, “O Ossuário da ‘gruta do padre’, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas no Nordeste”, *Boletim do Museu Nacional* 14-17 (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942).

e essencializantes, pois, ao mesmo tempo em que esses sujeitos se apoiam mutuamente, cada comunidade articula a formulação de sua identidade indígena com base em elementos específicos de seu passado, de sua relação com o território e de suas necessidades atuais em termos de autorrepresentação¹⁵.

2016-2017: Os primeiros passos do Museu Indígena “Anízia Maria”

Os discursos sobre memória e etnicidade na comunidade Nazaré foram, desde cedo, acompanhados pela necessidade de um espaço físico que tornasse possível estabelecer uma relação entre a dimensão conceitual da identidade e suas manifestações materiais. Esse espaço físico foi materializado no Museu Indígena “Anízia Maria”. A ideia de construir um museu em Nazaré surgiu após a participação de alguns membros da comunidade no II Fórum de Museus Indígenas do Brasil, realizado em agosto de 2016 na aldeia Mina Grande do povo Kapinawá, município de Buíque / PE. Os Fóruns Nacionais de Museus Indígenas do Brasil são eventos nacionais a partir do qual é incentivado o debate sobre a construção social da memória e a atuação política mediante o envolvimento de experiências museológicas locais. Os eventos são promovidos e organizados pela Rede de Memória e Museologia Social, uma rede formada por representantes de povos indígenas, pesquisadores e outros apoiadores, espaço em que os museus indígenas espalhados no território brasileiro podem articular e formular novas referências conceituais e formas de atuação prática. Criada em 2014, a Rede de Memória e Museologia Social se configura não apenas como uma forma de interação social entre os diversos grupos, mas também como base para o desenvolvimento de novas ferramentas teóricas para a análise museológica e antropológica.

Como ressalta Gomes¹⁶, o discurso acadêmico tradicional elaborado em torno da formação de museus tem demonstrado não ter um

15 José Augusto Laranjeiras Sampaio, “De caboclo ao índio: etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil; o caso Kapinawá”, *Cadernos do LEME* 3, n.º 2 (2011): 88-191.

16 Alexandre Oliveira Gomes, “‘O passado vai tá sempre na frente do presente’: museus indígenas em rede, etnografia em processo”, em *Direitos indígenas no Museu. Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*, ed. Marília Xavier Cury (São Paulo: ACAM Portinari, 2016), 195-217.

aparato teórico-metodológico apropriado para compreender as modalidades com que as coletividades indígenas traduzem e se apropriam destes espaços, tornando necessária a produção de categorias inéditas para a interpretação das diversas experiências, a partir das mesmas formas de autorrepresentação de cada comunidade. Nesse contexto surgiram, então, abordagens interdisciplinares e participativas que, conciliando as diferentes perspectivas de pesquisadores/as e representantes indígenas, conseguiram enfatizar o caráter peculiar dos museus indígenas como espaços de articulação de uma memória que se torna sustento para uma ação política. Os “museus indígenas” são, de fato, “espaços construídos dentro e por comunidades em que a identidade étnica indígena é redefinida através das memórias dos objetos”¹⁷ e que, através de processos educativos, mobilização política e organização sócio comunitária, são estabelecidos não como “museus sobre os indígenas, mas dos indígenas”¹⁸. Coletar e expor materialidades, objetos, mitos e tradições corresponde a um processo de institucionalização e materialização da memória em que não apenas é valorizado “o ponto de vista sobre a própria cultura”¹⁹, mas em que são produzidas continuamente novas estratégias para imaginar o futuro e, assim, enfrentar os desafios culturais, econômicos e políticos impostos pela contemporaneidade²⁰. Desse modo, os museus indígenas foram definidos por Regina Abreu como lugares de verdadeira “re-existência”²¹, espaços privilegiados para observar a criação de discursos não-hegemônicos na formulação de outras perspectivas sobre conceitos como “patrimônio” e “museu”.

17 Alexandre Oliveira Gomes e Ana Amália Rodrigues de Oliveira, “A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico”, *Museologia e Patrimônio* 3, n.º 2 (2010): 42-55, 50.

18 Lux B. Vidal, “O museu dos Povos Indígenas do Oiapoque-Kuahí: gestão do patrimônio cultural pelos povos indígenas do Oiapoque, Amapá”, em *Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento*, ed. Maria Cristina Oliveira Bruno, Kátia Regina Felipini Neves (Cristóvão: Museu de Arqueologia do Xingó, 2008): 173-181.

19 Mário Chagas, “Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal”, em *Antropologia e patrimônio cultural. Diálogos e desafios contemporâneos*, ed. Manuel Ferreira Lima Filho, Cornelia Eckert e Jane Felipe Beltrão (Blumenau: Nova Letra, 2007): 176.

20 Regina Abreu, “Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (2005): 101-125.

21 Abreu, “Museus etnográficos”, 117.

Participar no II Fórum de Museus Indígenas e trocar ideias e pontos de vistas com as comunidades mais avançadas no processo de construção de um acervo levou os habitantes de Nazaré a concretizarem a vontade de criar seu próprio museu, no intuito de contar a história da comunidade e ganhar espaço e representatividade no território piauiense – que, como dissemos na introdução, tem uma tradição bastante longa de silenciamento da presença indígena. De volta a Nazaré, foi então organizado um encontro em que os indígenas participantes do II Fórum de Museus Indígenas pudessem difundir as reflexões e debates contemplados no fórum para os demais integrantes do movimento indígena emergente. Outra razão que levou os Tabajara e Tapuio de Nazaré a se comprometer com esse projeto foi o fato de o estado do Piauí ter sido selecionado para sediar o III Fórum de Museus Indígenas, organizado para o mês de outubro de 2017. A existência de um museu na comunidade tornava-se então um requisito fundamental para a candidatura das comunidades indígenas, no Piauí, aptas a sediar o evento (figura 1).



Figura 1: Foto de grupo durante o III Fórum de Museus Indígenas no Brasil, comunidade de Nazaré (fotografia: Alex Hermes).

Inicia desse modo a trajetória do Mia Maria. Destacamos o papel protagonizado por Dinayana Nascimento, jovem integrante da família

Sinézio, nesse primeiro momento de vida do museu²². Com o apoio da Universidade Federal do Piauí, Dinayana elaborou um projeto para conceber a estruturação do museu e propor um plano de atividades a serem desenvolvidas na comunidade. Numa segunda reunião, em outubro de 2016, este projeto foi apresentado e discutido coletivamente, sobretudo para que fosse possível encontrar um em que fosse possível a prática de colecionar os objetos que iriam compor o acervo do museu. A antiga casa de Antônio Niza²³, tio-avô de Dinayana, na época já falecido, foi disponibilizada por um dos filhos (figura 2) e tornou-se a primeira sede do museu. Após um processo de reforma em que a estrutura voltou a ser acessível, a coleção começou a tomar forma através de doações das famílias da comunidade. A participação nessa etapa inicial foi essencial para fomentar o entusiasmo e o espírito de agregação dentro do grupo e, conseqüentemente, para poder transmiti-lo aos primeiros visitantes interessados em conhecer a história da comunidade e de seus habitantes.



Figura 2: Casa de Antonio Niza, primeira sede do Mia Maria (fotografia: Anna Bottesi).

Contudo, a permanência neste espaço não foi duradoura, pois, por razões familiares, a casa do Antônio Niza ficou indisponível. Ocorreu

²² Ver nota 11.

²³ Um dos filhos de Anízia Maria.

então a primeira das quatro transferências que o Mia Maria vivenciou até os dias atuais. A nova sede foi cedida por outro idoso da comunidade, cuja família encontra-se entre as mais ativas nesta primeira fase do processo museológico. A mudança ocorreu em fevereiro do ano de 2017 e os objetos foram organizados em grupos temáticos, dispostos em quatro pequenas salas: uma para a cultura indígena, uma para peças arqueológicas, uma para livros e documentos e, finalmente, outra para coletar equipamentos eletrônicos. Esse período é caracterizado pelo crescente volume de peças doadas pela comunidade, ocasião em que o Mia Maria contou com a doação de uma série de expositores doados pelo Museu do Estado do Piauí – Casa Odilon Nunes, de Teresina, a capital.

A determinação de algumas pessoas interessadas no processo de reconhecimento de suas identidades indígenas levou à fundação oficial, em janeiro de 2017, da Associação dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio-Itamaraty de Nazaré (APIN), tendo esta como objetivo apoiar o processo de identificação étnica em andamento e proporcionar uma maior visibilidade interna e externa da comunidade. No início, por falta de informação e de confiança, muitas pessoas tendiam a não afirmar suas identidades e a associação foi fundada apenas com 27 famílias. Entretanto, a criação e registro jurídico da associação foram iniciativas de fundamental relevância para a comunidade na organização da comunidade indígena e ingresso nos projetos governamentais, na participação de editais e, acima de tudo, no estreitamento das relações com órgãos e entidades federais e estaduais e entre os indivíduos que reivindicam essa identidade. No mesmo ano, a Funai visitou a comunidade passando a reconhecer a existência da comunidade indígena dos povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty. A eleição de um cacique constituiu outro ponto relevante, uma vez que havia a necessidade de uma liderança assumir a responsabilidade de representar o povo. A escolha foi unânime pelo senhor Henrique Manoel do Nascimento, filho de Seu Manoel Niza e neto de Anízia Maria, e entre as pessoas que, desde sempre, buscavam pelo reconhecimento de sua família e a afirmação de sua identidade e comunidade.

A APIN, que no ano de 2023 comemorou 7 anos de fundação, é atualmente uma das maiores associações indígenas legalizada no estado do Piauí. Ela tem desenvolvido projetos sustentáveis que vêm possibilitando benefícios à comunidade e aos municípios vizinhos. Nos anos da sua atuação, o número de pessoas que buscam se associar e integrar o movimento indígena organizado cresceu, chegando ao número de 156 famílias e 460 indivíduos no ano de 2023²⁴. Poucos meses após a criação da Associação, entre os dias 19 a 21 de outubro de 2017, conforme programado, a comunidade de Nazaré sediou o III Fórum de Museus Indígenas do Brasil. A organização do evento envolveu toda a comunidade, gerando ainda mais coesão em torno do museu e seu potencial como instrumento de fortalecimento da luta por direitos. Presenciaram convidados, visitantes e profissionais de museus provenientes de contextos nacionais e internacionais. Entre eles, o então diretor do Museu do Índio da Funai (RJ), José Carlos Levinho, que lançou a proposta de realização de uma pesquisa colaborativa a partir da qual seriam realizadas ações de salvaguarda do patrimônio cultural da comunidade, contribuindo para o reconhecimento das culturas indígenas no estado do Piauí, com o financiamento do Museu do Índio. O produto desse projeto participativo consistiu na elaboração de uma coleção de objetos dos povos indígenas Tabajara e Tapuio, doada ao Museu do Índio, contribuindo com a gestão museológica, sob os pontos de vista teórico e metodológico, desse espaço. Como veremos na próxima seção, este encontro foi determinante para o desenvolvimento do processo museológico de Nazaré. O Fórum marcou, de fato, o momento em que a organização e a adesão ao movimento indígena organizado cresceu exponencialmente, ganhando sempre mais espaço e reconhecimento público e político.

2018-2021: experiências colaborativas e formativas dentro e fora do museu

O projeto de “Pesquisa e registro sobre saberes e conhecimentos tradicionais associados à cultura material dos povos Tabajara e Tapuio-Ita-

²⁴ Há, claro, alguns critérios para avaliar o ingresso na associação. Um dos principais é saber da origem e da história das pessoas: de onde vieram, de quem descendem, quais são suas ligações e linhas de parentesco.

maraty de Nazaré (Lagoa de São Francisco, Piauí)” foi realizado entre os dias 11 e 20 de junho de 2018. Este foi coordenado pelo antropólogo Alexandre Oliveira Gomes, responsável pela assessoria técnica, e integrado pelo cineasta Alex Hermes e pela arqueóloga, antropóloga e historiadora Helane Karoline Tavares Gomes, consolidando uma relação de aprendizagem, diálogo e respeito pelos saberes tradicionais e pelo patrimônio material e imaterial dos grupos étnicos mencionados, reiterada em pesquisas e produções acadêmicas e culturais posteriores. A iniciativa constituía parte de um projeto mais amplo sobre o processo de registro e documentação das culturas indígenas do Brasil, desenvolvido pelo Museu do Índio da Funai (RJ), que tinha por objetivo documentar os saberes tradicionais, mitos, rituais, dimensões simbólicas e estéticas, expressões linguísticas e modo de fazer associados a aspectos específicos das culturas indígenas.

Em dez dias de intenso trabalho permeado por entrevistas, reuniões e rodas de conversa, além do desenvolvimento de ações de salvaguarda do patrimônio cultural da comunidade, o apoio técnico do Museu do Índio contribuiu para o reconhecimento das culturas Tabajara e Tapuio-Itamaraty e, sobretudo, para a criação e estruturação de dois núcleos de gestão do Mia Maria: o Núcleo Gestor e o Núcleo Educativo. Durante a pesquisa, foram contemplados os saberes tradicionais relacionados à cultura material como dispositivos de manutenção e transmissão da memória e identidade indígena da comunidade de Nazaré. Foram então analisadas as matérias-primas utilizadas, as técnicas de manufatura, os principais produtores e os artefatos produzidos; além de conhecimentos e saberes, espaços de produção e locais de extração de recursos no território indígena. Conforme indicado no relatório de pesquisa²⁵, foram identificados seis conjuntos de saberes tradicionais, classificados em trançado em palha e cipó; fiação de algodão e teares manuais; farinhada e casas de farinha; técnicas construtivas para moradias e casas; saberes da cura e medicina tradicional; caça e pesca.

25 Alexandre Oliveira Gomes, *Pesquisa e registro sobre saberes e conhecimentos tradicionais associados à cultura material dos povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty de Nazaré (Lagoa de São Francisco, Piauí)* (Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2018).

Esse conjunto de saberes ocupa um espaço importante na vivência dos habitantes de Nazaré. Os objetos produzidos como amostra das práticas mencionadas compuseram uma coleção doada para o Museu do Índio no Rio de Janeiro. Essa constituiu a primeira coleção etnográfica de objetos de indígenas do estado do Piauí e ficou exposta na referida instituição.

Toda a pesquisa e os atores sociais envolvidos foram acompanhados por um detalhado registro fotográfico e audiovisual. Foram produzidos, também, dois vídeos documentários sobre o processo de registro e pesquisa, através da colaboração e formação de jovens indígenas, que faziam parte do então Núcleo Educativo e contribuíram no processo de captação, montagem e edição²⁶. Logo após essa primeira iniciativa colaborativa realizada com a equipe do Museu do Índio, começou um processo sistemático de organização do museu junto à estudante italiana Anna Bottesi, que tinha acabado de chegar ao Brasil para a sua pesquisa de mestrado. Foi justamente o coordenador da equipe que mediou o estabelecimento de um contato entre a comunidade e a pesquisadora, dando origem a uma parceria que se revelou sólida e duradoura ao longo dos anos. Isso aconteceu principalmente pela relação construída, desde o início, de forma colaborativa, ou seja, negociada a partir de um diálogo em que a pesquisa acadêmica se desenvolvia a partir das demandas da comunidade com respeito às ações percebidas como necessárias para fortalecer o processo museológico e as reivindicações étnicas e políticas em ato.

No Brasil, como em outros países da América Latina, o paradigma colaborativo é, hoje em dia, uma condição essencial para a pesquisa acadêmica. Essa abordagem se contrapõe às metodologias mais clássicas de prática etnográfica, definidas como “extrativistas” e unilaterais, que proporcionam informações convertidas em dados e interpretações etnográficas para a produção do conhecimento antropológico sobre determinados grupos e sociedades, proporcionando notoriedade acadêmica ao pesquisador, apesar de não proporcionarem benefícios às comunidades pesquisadas. Fundar

26 Um excerto está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=gA8ucsjLRus>.

a pesquisa sobre a colaboração entre as partes envolvidas constitui uma prática que surge junto às reflexões críticas desenvolvidas na década de 1980 sobre o olhar do antropólogo, corroborando com o questionamento da autoridade etnográfica, refletindo nos debates sobre as dinâmicas de poder colonial, implícitas na relação entre pesquisador e “pesquisado”²⁷. Reequilibrar essas dinâmicas de poder através da produção compartilhada de um conhecimento que respeite as categorias das comunidades e a forma como estas são representadas está entre os objetivos que o trabalho colaborativo almeja alcançar²⁸. Para que isso seja efetivo, o antropólogo deve ser o primeiro a levar a sério, e se deixar conduzir, pelo “ponto de vista do nativo”²⁹, num processo de enriquecimento e ampliação de seus horizontes objetivando estabelecer, com a comunidade sujeito da pesquisa, um diálogo em que a aprendizagem, o intercâmbio e os benefícios sejam recíprocos³⁰. Em suma, e retomando as reflexões de Alcida Ramos³¹, o compromisso do antropólogo em apoiar as comunidades indígenas não deve mais se configurar como um “falar para eles”, mas sim um “falar com eles”.

Com base nessa abordagem teórico-metodológica, foram inicialmente organizados alguns encontros e rodas de conversa com os Núcleos Gestor e Educativo para refletirem juntos sobre o museu, seus espaços e suas estruturas físicas e conceituais, como lugar de representação da comunidade e identificação por parte das pessoas que a ela pertencem. Tal prática repercutiu em seminários específicos que contemplavam a história dos museus ocidentais e os pressupostos ideológicos, políticos e epistemológicos subjacentes à implementação destes³², constituindo

27 James Clifford, *The Predicament of Culture* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988); Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar, *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder* (Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2009).

28 Joanne Rappaport, “Beyond Participant Observation: Collaborative Ethnography as Theoretical Innovation”, *Collaborative Anthropologies* 1 (2008): 1-31.

29 Michael Ames, “Cannibal tours, glass boxes and the politics of interpretations”, em *Interpreting Objects and Collections*, ed. Susan M. Pearce (Londres: Routledge, 2003), 98-106.

30 Paulo Freire, *Pedagogia degli oppressi* (Turim: Edizioni Gruppo Abele, 2018).

31 Alcida Rita Ramos, “Disengaging Anthropology”, em *A Companion to Latin American Anthropology*, ed. Debora Poole (Oxford: Blackwell, 2008), 466-484.

32 George W. Stocking Jr., *Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1985); Abreu e Chagas, *Museus, coleções e patrimônios*; Tony Bennet, *Museum, Power and Knowledge* (Abdingdon e Nova Iorque Routledge, 2018).

um importante ponto de partida para entender coletivamente o modo como explorar o potencial conceitual desse tipo de instituição e contar a história dos Tabajara e Tapuío de Nazaré. As muitas discussões coletivas, acontecidas ao longo dos meses em que a pesquisa se desenvolveu (junho-setembro 2018), deixaram claro como o objetivo e a função atribuída pelos Tabajara e Tapuío ao museu seria contar uma história sobre a comunidade e a região de Pedro II, silenciadas pelas versões oficiais promovidas pela historiografia tradicional.

De fato, as peças da coleção relatam sobre as experiências de vida das famílias que participam do movimento e evocam lembranças individuais que, quando justapostas, compõem o mosaico de uma memória coletiva indígena³³ que permaneceu “subterrânea” por muito tempo³⁴. Como já tinha surgido durante a pesquisa colaborativa realizada com a equipe do Museu do Índio, essa memória aparece/reaparece estruturada em torno de uma série de saberes tradicionais presentes na comunidade, apesar de apenas recentemente ser reconhecida como uma memória indígena, a partir da comparação com a realidade cultural de outras comunidades, no mais amplo contexto de reelaboração cultural e afirmação da identidade indígena no Nordeste do Brasil³⁵. Conforme Lucinete Maria do Nascimento apontou durante uma entrevista ocorrida, no dia 16 de julho de 2018, “tudo o que a gente fazia era coisa de índio, só que a gente não sabia. Hoje que a gente vê a diferença”. Mesmo sob a pressão de um sistema que visava a assimilação da população indígena em uma sociedade nacional brasileira³⁶, esses conhecimentos seguiram sendo transmitidos ao longo de gerações, em maior ou menor grau, dependendo das circunstâncias econômicas, ecológicas e sociais³⁷.

Por outro lado, na coleção há outros artefatos referentes a práticas que já não se encontram presentes em Nazaré, mas que começa-

33 Maurice Halbwachs, *La mémoire collective* (Paris: PUF, 1968).

34 Michael Pollak, “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos* 2, n.º 3 (1989): 6.

35 Oliveira, *A viagem de volta*; Oliveira, *A presença indígena*.

36 John Monteiro, *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo* (Campinas: IFCH-Unicamp, 2001); Manuela Carneiro da Cunha, *Cultura com aspas e outros ensaios* (São Paulo: Ubu, 2017).

37 Para uma discussão específica sobre esse tópico, consulte Bottesi, *Aparecer para existir*.

ram a ser reintroduzidas pelos componentes mais jovens do movimento indígena a partir da troca de saberes com membros de comunidades indígenas dos estados vizinhos que também se encontram em processo de reivindicação étnica. É o caso dos maracas³⁸, da produção de objetos de artesanato e dos pigmentos para pinturas corporais, que voltaram a fazer parte do cotidiano dos Tabajara e Tapuio após a inclusão do que Arruti definiu como “a instituição das viagens”³⁹, com a realização de verdadeiras viagens que, a partir de uma rede precisa de relações, unem pessoas de diferentes povos e alimentam um circuito de trocas de experiências e práticas consideradas centrais para uma vivência indígena.

É importante também destacar como a maioria desses objetos “levam” o visitante para lugares específicos no interior e nos arredores da comunidade. Esses espaços, por apresentarem grande relevância no processo de articulação e fortalecimento da identidade indígena, são musealizados: é o caso da Oca, lugar sagrado onde o Toré é dançado e onde são realizadas reuniões coletivas; da casa de farinha, onde entre os meses de julho e setembro é produzida a farinhada; por fim, de “lugares de memória”⁴⁰, exemplificados pelo Olho d’água do Cedro, o Curralinho e a Chã. A importância desses lugares reside no fato de eles, como elementos da paisagem, representarem pontos de referência temporal, além de geográfica, compreendidos como testemunhos de antigas vivências indígenas na região. Essas vivências remetem tanto à presença ancestral de grupos indígenas dos quais os Tabajara se reconhecem como descendentes, quanto a atividades mais recentes e das quais os habitantes de Nazaré possuem viva a lembrança (como as práticas de buscar água para beber e palha para a construção de casas, tomar banho, caçar e pescar, entre outras práticas).

38 O maraca é um dos objetos mais importantes para muitas culturas indígenas por conta de sua relação com a espiritualidade. Ele é tocado durante os rituais para estabelecer uma comunicação com as entidades e durante as mobilizações políticas e as apresentações públicas para acompanhar e dar mais força a cantos e marchas.

39 José Maurício Arruti, “O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankarari” (dissertação de mestrado, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1996), 53.

40 Ugo Fabietti e Vincenzo Matera. *Memorie e identità: simboli e strategie del ricordo* (Roma: Meltemi, 1999).

Por conter artefatos relacionados a essas diversas situações, o Mia Maria tem se constituído, desde sua fundação, como um lugar privilegiado para articular elementos do passado, condições presentes e expectativas futuras num discurso de afirmação étnico-política voltado para a reivindicação de uma continuidade histórica e cultural dos Tabajara e Tapuio-Itamaraty no Estado do Piauí⁴¹. Uma questão que amadureceu ao longo da pesquisa – justamente por os integrantes dos Núcleos Gestor e Educativo terem adquirido maior consciência sobre a construção de narrativas expositivas – foi a dificuldade em organizar adequadamente as peças por falta de espaço no museu. Com relação a isso, é importante ressaltar que, em 2018, a coleção foi transferida para a sua terceira sede, um prédio emprestado pela Obra Kolping⁴² e constituído por apenas dois quartos (figura 3).



Figura 3: Prédio emprestado pela Obra Kolping, terceira sede do Museu Indígena “Anízia Maria” (fotografia: Anna Bottesi).

41 Anna Bottesi, “O Museu Indígena ‘Anízia Maria’: etnicidade, território e patrimonialização”, *Confluente* 13, n.º 2 (2021): 201-225.

42 Fundada pelos Padres Lotário e Aristides, com o objetivo de viabilizar a organização dos festejos e sistematizar as funções paroquiais, a Obra Kolping é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos com atuação em 70 municípios no Piauí e com sede na capital, Teresina. A ONG desenvolve programas de inclusão social, atuando no combate à pobreza por meio da formação e do trabalho. Atualmente, a Kolping Brasil desenvolve cinco programas sociais centrados no desenvolvimento de crianças e adolescentes, formação de jovens e adultos, combate à fome e à seca, promoção integral da família e desenvolvimento comunitário. *Apresentação da Obra Kolping*. Disponível em <http://www.kolpingpiaui.org.br/a-obra>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

Embora mais apropriado que o anterior, este espaço ainda não era percebido como aquele definitivo para hospedar o acervo. Isso ocorria em virtude de a comunidade ansiar pela concretização de um compromisso firmado pelo Governo do Estado do Piauí, fruto das reivindicações e mobilizações indígenas, que consistia na promessa de construção de um espaço em que fosse possível abrigar o Mia Maria com uma estrutura maior. O termo de compromisso em questão foi firmado durante o III Fórum Nacional de Museus Indígenas, entre o Governo do Estado do Piauí e as lideranças indígenas presentes.

É pertinente mencionar outra iniciativa de grande impacto e receptividade na comunidade. Trata-se da realização do primeiro de dois seminários de espiritualidade, ministrados pelo Pajé Barbosa (Raimundo Carlos da Silva), liderança pertencente ao povo Pitaguary (*in memoriam*), nos dias 1 e 2 de setembro de 2018. O objetivo do encontro era repassar para os integrantes do movimento indígena uma série de preceitos e conhecimentos necessários para estabelecer um contato privilegiado com os encantados – entidades ancestrais que acompanham e guiam os povos indígenas nas suas vidas – através da realização da dança do Toré⁴³, na época já realizada em Nazaré, porém de forma ainda parcial. Dentro de uma perspectiva antropológica, compreende-se o Toré como um ritual através do qual os grupos indígenas do Nordeste empreendem seu “caminho até os encantados”⁴⁴, redescobrimo as raízes profundas do seu “ser indígena”⁴⁵ e, ao mesmo tempo, afirmam-se no cenário político graças à componente performativa e ao poder representativo que a implementação dessa dança possui no processo de identificação e de diferenciação étnica. De fato, o toré começou a ser compreendido como “expressão obrigatória de indianidade”⁴⁶ desde as primeiras décadas do século XX, ocasião em que os primeiros movimentos de emergência ét-

43 Kelly Emanuely de Oliveira, “Os Terreiros de Toré: o diálogo entre religião e política no fortalecimento do povo Xucuru do Ororuba (PE)”, *Cadernos do LEME* 1, n.º 1 (2009): 47-66; Marco Tromboni de Souza Nascimento, “O tronco da Jurema: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do Nordeste. O caso Kariri” (tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 1994).

44 Arruti, *O Reencantamento*, 66.

45 Nascimento, “O tronco da Jurema”, 24.

46 Arruti, “A árvore Pankararu”, 19.

nica começaram a se manifestar. Isto num contexto marcado pela necessidade de muitas comunidades serem juridicamente reconhecidas pelos órgãos indigenistas e marcado pelo desejo de despertar formas de espiritualidade adormecidas, apesar de percebidas pelas mesmas comunidades como constitutivas da própria identidade indígena.

Essas duas primeiras pesquisas colaborativas deram um grande impulso ao movimento indígena Tabajara e Tapuio-Itamaraty em termos de organização interna do movimento, ganho de visibilidade e maior confiança para a execução de várias outras ações nos anos seguintes. Em 2019, houve o ingresso de algumas lideranças do movimento indígena na coordenação Regional da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), uma das maiores organizações indígenas não governamentais, sem fins lucrativos, criada em maio de 1990 com o objetivo de defender a regularização dos territórios indígenas da região e demais direitos indígenas. Quando, em 2022, foram oficializados os novos coordenadores da Microrregional Piauí, a escolha caiu no cacique Henrique Manoel Tabajara como coordenador e na jovem liderança Elayne Tabajara compondo a coordenadoria da juventude. Até o momento presente, esta coordenadoria desenvolveu vários trabalhos e projetos voltados para o fortalecimento e avanços das políticas públicas para a população indígena piauiense, como, por exemplo, a organização de encontros, assembleias, seminários e diversas outras atividades.

Em abril de 2022, os povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty alcançaram umas de suas maiores conquistas, obtendo a doação por parte do governo estadual de uma porção de território de 160 hectares, que foi renomeada “Território Morro Belo” e destinada a uso coletivo dos membros da associação indígena. Nesse espaço foram implantados, até o ano de 2024, vários projetos no âmbito da agropecuária para beneficiar e subsidiar parte dos moradores da comunidade indígena. Contudo, é importante ressaltar que esse resultado foi obtido após demandas e solicitações por parte da comunidade, já que o “Relatório de Qualificação de Demanda Territorial – Terra Indígena Morro Belo”, resultante do estudo que compõe o estudo de demarcação indígena, produzido pela Funai, remete ao ano de 2018.

O ano de 2019 também viu a organização de outros eventos importantes para o fortalecimento do movimento indígena, especificamente, do grupo de jovens: as oficinas de língua Tupi-Nheengatu e a organização e participação no I e no II Encontros da Juventude Indígena do Estado do Piauí. Com relação ao primeiro conjunto de atividades, por perceberem a presença de léxicos das línguas tradicionais indígenas na língua falada pela comunidade – principalmente o tupi –, algumas pessoas da comunidade sentiram a necessidade de conhecer a língua tradicional Tupi-Nheengatu e começaram a cogitar a ideia de uma formação linguística. A oportunidade surgiu quando a liderança indígena Teka Potiguara, da aldeia Mundo Novo, município de Monsenhor Tabosa - CE, convidou algumas lideranças da comunidade da Nazaré para assistirem a um curso ministrado pelo professor linguista Edilson Baniwa, do estado do Amazonas⁴⁷. Atendendo o convite, no período de 20 a 29 de julho de 2019 ocorreu o primeiro contato com as regras de funcionalidade da língua Tupi-Nheengatu. No final do curso, os Tabajara participantes foram instigados a fazer um levantamento do léxico da comunidade de Nazaré e um comparativo com o Tupi-Nheengatu. Além disso, fez-se um planejamento para trazer a mesma formação e com o mesmo professor para a comunidade indígena piauiense. No período de 10 a 15 de dezembro de 2019 foi, assim, realizado o primeiro curso de Tupi-Nheengatu em Nazaré, que resultou em uma discussão sobre a retomada da língua na comunidade e a produção de um material didático pedagógico para Educação Infantil e 1.º ano do Ensino Fundamental.

Enquanto isso, havendo também a necessidade de fortalecimento dos jovens indígenas das comunidades do estado do Piauí, os Jovens Indígenas de Nazaré Tabajara e Tapuio (JOINT), em colaboração com outros parceiros e apoiadores da causa indígena, se mobilizaram para realizar o I Encontro de Juventude Indígena do Estado do Piauí. O mesmo ocorreu entre os dias 29 de novembro a 1 de dezembro de 2019, tendo como objetivo incentivar a troca de experiências entre os grupos de jovens das várias etnias do estado a fim de criar vínculos e juntar

47 O município de Monsenhor Tabosa situa-se a aproximadamente 200 quilômetros da sede municipal de Lagoa de São Francisco.

as forças para ocupar um espaço cada vez maior perante a sociedade piauiense. A continuidade dessas ações mencionadas foi dada no ano de 2021, quando foi realizado o segundo módulo do curso de língua Tupi-Nheengatu⁴⁸. Entre os dias 31 de janeiro a 4 de fevereiro, o professor Edilson Baniwa visitou a aldeia acompanhado pelo aluno Jardel Potyguara, da cidade Monsenhor Tabosa-CE, facilitador para algumas das atividades desenvolvidas que também ministrou uma oficina e roda de memória sobre histórias indígenas, contemplando os processos organizativos vividos por seu povo.

No mesmo ano, no dia 7 de novembro, também foi organizado o II Encontro de Juventude Indígena do Estado do Piauí na comunidade Canto da Várzea, a 12 km da cidade de Piripiri, para reafirmar o compromisso com outras comunidades indígenas do estado engajadas na luta pelos direitos. Entre as atividades desenvolvidas ao longo desse segundo encontro houve oficinas e momentos de práticas de culturas, como o “toré”, oficinas de pintura, produção de vários tipos de artesanatos. A produção de artesanato tem sido, de fato, há alguns anos, uma das atividades nas quais tem se concentrado mais um grupo de jovens artesãs, chamado *Umunhã Pu*, com o objetivo de transmitir e manter vivas as tradições que já mencionamos acima e que não são mais tão difundidas na comunidade. Atenção especial foi dedicada à confecção de pulseiras, colares e brincos com miçangas, sementes e penas; cocares feitos de linhas e penas de galinha ou outras aves; maracas feitas em cabaças, pedaços de madeira e sementes para serem usadas como instrumentos musicais durante os rituais. Entre os materiais mais usados na produção de artefatos para uso e para venda, encontramos também o coco babaçu. No específico é reaproveitado o caroço para fazer colares e brincos e a folha da palmeira que, trançada, é usada para confeccionar cofos⁴⁹, abanos, esteiras – a importância do coco babaçu na prática artesanal fez com que ele se tornasse, para o povo Tabajara, um símbolo de resistência (Nascimento *et al.* 2024).

48 Essas duas atividades inserem-se em um amplo conjunto de atividades de formação e pesquisa viabilizados pelo projeto “Salvaguarda e aquisição de acervo do Museu indígena Anízia Maria dos Tabajara Tapuio-Itamaraty (Lagoa de São Francisco, PI)”.

49 O cofo é um cesto de tamanhos variados e utilizações diversas, normalmente empregado para armazenar alimentos e utensílios domésticos.

Um conjunto de atividades que merece ser mencionado são as atividades de formação e gestão cultural relacionadas ao projeto “Salvaguarda e aquisição de acervo do Museu Indígena Anízia Maria dos Tabajara Tapuio-Itamaraty (Lagoa de São Francisco, PI)”, coordenado pela arqueóloga, antropóloga e historiadora Helane Karoline Tavares Gomes, com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Piauí (SECULT / PI). Um projeto de pesquisa colaborativa ocorreu em consonância com o projeto de pesquisa anterior, coordenado pela pesquisadora Helane Karoline Tavares Gomes, intitulado “Salvaguarda, registro e documentação dos lugares de memória dos povos Tabajara e Tapuio Itamaraty de Lagoa de São Francisco (PI)”. Os projetos tiveram duração de aproximadamente um ano e meio (entre maio do ano de 2021 a dezembro de 2022). O primeiro teve como objetivo apoiar a ação museológica dos povos Tabajara e Tapuio, através do financiamento para a aquisição de equipamentos visando uma melhor gestão do acervo físico e a atualização do ambiente multimídia do Mia Maria. Os eixos de implementação do projeto foram os seguintes: promoção de um programa de formação e pesquisa voltado à capacitação de indígenas para a gestão museológica, com ênfase na pesquisa, registro e salvaguarda do patrimônio cultural; aquisição de equipamentos para a gestão; e desenvolvimento de atividades pedagógicas e de registro do patrimônio cultural para fortalecer a ação do novo núcleo de gestão do museu (resultado da união dos antigos Núcleos Gestor e Educativo)⁵⁰. O segundo buscou dar continuidade ao projeto de registro e salvaguarda do patrimônio material e imaterial, a partir da identificação, registro, documentação e divulgação do patrimônio cultural indígena dos Tabajara e Tapuio-Itamaraty da comunidade de Nazaré. Buscamos contemplar as memórias associadas aos lugares de memória, bem como o registro das narrativas relacionadas aos locais associados à ancestralidade indígena e à promoção de diálogos intergeracionais que contemplassem a juventude indígena, as lideranças indígenas e os anciões, visando a transmissão de saberes e a troca de experiências.

50 Gomes *et al.*, “Trajetórias e processos”.

No dia 12 de agosto de 2021 sentámos junto aos integrantes do núcleo de gestão do museu para decidir coletivamente quais materiais e atividades priorizar a partir de uma lista geral de demandas relativas ao processo museológico. Uma parte do recurso foi destinada à compra de materiais técnicos e tecnológicos, outra para a realização de seminários e oficinas de capacitação sobre museus e outros temas relacionados ao movimento indígena. Além do segundo módulo do curso de língua Tupi-Nheengatu e da oficina e roda de conversa sobre histórias indígenas, mencionados anteriormente, vale a pena referir a realização das oficinas de expografia, de patrimônio material e imaterial e a oficina de espiritualidade e cosmovisão indígena. A oficina de expografia ocorreu no dia 5 de setembro de 2021 e foi ministrada por Anna Bottesi (na época, doutoranda). Nessa ocasião, a participação foi restrita aos integrantes do núcleo de gestão do museu, pois a discussão focou especificadamente na construção de narrativas através de uma linguagem museológica e museográfica e nos tipos de relações que se estabelecem entre os objetos de um acervo no momento em que eles são dispostos em uma determinada maneira⁵¹.

Um aspecto que surgiu com bastante clareza nesse período de vida do museu foi a necessidade de aquisição de “mais espaço” para incluir no acervo novas peças que representassem a identidade indígena dos povos a que o museu estava vinculado. Esse processo nos parece fundamental, pois ilustra como a luta de afirmação étnico-política e o processo museológico são aspectos profundamente vinculados, uma vez que os avanços do primeiro influenciam nos modos de compreender e organizar a estrutura física e conceitual do segundo que, por sua vez, funciona como apoio para a rearticulação contínua de memórias e experiências constitutivas da identidade Tabajara e Tapuio-Itamaraty. Se, por um lado, esse processo mostra que há “faltas” que devem ser sanadas; por outro, é fundamental entender que essa “incompletude”⁵² não

51 As ações mencionadas nesse parágrafo integraram o projeto “Salvaguarda e aquisição de acervo do Museu Indígena Anízia Maria dos Tabajara Tapuio-Itamaraty (Lagoa de São Francisco, PI)”.

52 Sobre a noção de “incompletude”, ver o trabalho do antropólogo italiano Francesco Remotti, *Fare umanità: i drammi dell'antropo-poiesi* (Bari: Laterza, 2013).

tem nada a ver com o fato destes “não serem suficientemente indígenas” – perspectiva atrelada à classificação dos povos indígenas com base em modelos coloniais de “indianidade”⁵³ – e sim com o fato de os Tabajara e Tapuio estruturarem-se enquanto grupo étnico em constante transformação, capazes de pensar seu presente e se projetar no futuro. Nesse contexto, a construção de uma nova estrutura para o museu indígena se tornou uma necessidade urgente. Entretanto, apesar das solicitações feitas pelos representantes do movimento indígena, bem como por alguns dos seus apoiadores, sobre a construção dessa nova estrutura, as notícias recebidas pela comunidade eram que as assertivas relacionadas com os procedimentos para a obtenção dessa nova estrutura do museu indígena, acordada entre o governo do estado do Piauí e os Tabajara e Tapuio, que incluem a elaboração do projeto e processos relacionados com a construção efetiva do museu indígena encontravam-se parados.

A segunda oficina, sobre patrimônio material e imaterial, ocorreu no dia 26 de setembro de 2021 na Oca e foi também ministrada por Anna Bottesi. Contrariamente à primeira, aqui toda a comunidade foi convidada a participar, pois o objetivo era justamente discutir sobre o significado do conceito de “patrimônio material e imaterial” e sobre o que poderia ser identificado como tal em Nazaré. Foram identificados vários “conjuntos patrimoniais”, entre eles os saberes tradicionais relacionados à cultura material (confirmando os resultados das pesquisas anteriores), as práticas relacionadas ao Toré e à espiritualidade e os “lugares de memória”. Ao longo do evento, jovens, adultos e idosos levantaram para compartilhar suas lembranças e contar sobre suas próprias experiências de vida a partir dos elementos que, aos poucos, iam se definindo como patrimônio da comunidade. A memória coletiva ia surgindo e conectando tempos e espaços, se materializando nos objetos do museu, deixando manifesta a rede de relações existentes sobre o território.

Por fim, houve a segunda edição do seminário sobre espiritualidade indígena, ministrado pelo Pajé Barbosa nos dias 2 e 3 de outubro de

53 José Maurício Arruti, “A emergência dos ‘remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”, *Mana* 3, n.º 2 (1997): 7-38.

2021. Retomando a discussão do primeiro encontro, a conversa com o Pajé foi voltada principalmente para o esclarecimento de dúvidas sobre atendimento espiritual, rezas, a prática da pajelança em si e o caminho a ser seguido pela comunidade. Embora o uso de ferramentas materiais (ervas, raízes, velas, amuletos, cruces...) e fórmulas (orações, evocações aos santos, cânticos...) seja regulamentado a determinados momentos e de determinadas maneiras, o Pajé ressaltou que a comunidade mantém certa liberdade na construção de seu próprio caminho espiritual. Isso ocorre porque o “caminho até os encantados”⁵⁴ é traçado com base na história da própria comunidade, tão como no conhecimento e na interação que ela estabelece com as formas divinas que habitam o território em que ela vive e com a sua natureza. Vivenciámos experiências únicas durante todo esse processo, em cada etapa de execução desse conjunto de atividades, passando pelos diálogos conjuntos que perpassam os aprendizados provenientes das lembranças dos saberes e memórias silenciadas que atravessavam as discussões a respeito da cultura material, permeada pelas histórias de vida e de resistência dos mais velhos, das discussões conceituais e estruturais sobre o caráter das exposições e dos projetos políticos trilhados e almejados pela comunidade. Destacamos as experiências únicas vividas na oca com o Pajé Barbosa, a força dos encantados presente nas falas, ações e escutas durante a realização da oficina de espiritualidade. No geral, as atividades conjuntas dos projetos de formação e gestão cultural e o projeto de pesquisa desempenharam um papel importante, dando continuidade aos ciclos de formação e às pesquisas associadas aos indígenas Tabajara e Tapuio, corroborando com a valorização da cultura indígena através do registro e da salvaguarda do patrimônio histórico-cultural, da transmissão de conhecimento, das trocas de saberes e experiências.

2022-2023. A construção do MUPI: fases e problemas

No final, em abril de 2022, foi iniciada a construção de uma estrutura maior para hospedar o Museu Indígena “Anízia Maria”. Ao nos depa-

54 Arruti, “O reencantamento do mundo”, 66.

rarmos com a fachada de entrada do prédio que abriga o MUPI, observamos uma enorme inscrição que abriga as seguintes palavras: “Museu Indígena Anízia Maria dos Povos Tabajara Tapuio Itamaraty” (figura 4). Entretanto, pouco resta do museu original, tanto em termos físicos quanto epistemológicos.



Figura 4: O MUPI, quarta sede do Museu “Anízia Maria” (fotografia: Anna Bottesi).

Além da criação de um grande espaço central que possibilitasse a exposição da coleção, o projeto estrutural, elaborado por funcionários do estado, incluiu uma sala de computadores, uma sala de reuniões, um banheiro, uma sala destinada à acomodação de hóspedes e, finalmente, um espaço ao ar livre para ser usado em oficinas de artesanato. Em poucos meses, a obra encontrava-se finalizada. Contudo, apenas no mês de abril de 2023 o governo enviou, para a comunidade de Nazaré, o arquiteto de uma empresa contratada especificamente para criar a exposição do MUPI e inaugurar o prédio em abril do mesmo ano (essa data foi adiada e o MUPI foi inaugurado no mês de agosto de 2023).

Marcados pelas passadas experiências colaborativas e cientes do que querem repassar para o público sobre a comunidade, os Tabajara e

Tapuío demandaram que o processo fosse conduzido em parceria com a comunidade, discutindo em encontros e rodas de conversa cada detalhe a ser inserido no percurso narrativo do museu. Nos meses seguintes houve, de fato, algumas visitas e discussões coletivas, além do envolvimento de pesquisadores e pesquisadoras que atuam entre os povos indígenas do estado do Piauí, com vasta experiência na produção de legendas e textos informativos.

O principal elemento de novidade introduzido pela proposta do arquiteto foi a inclusão de outras etnias na exposição (como as etnias Akroá Gamella, os Kariri, os Gueguê do Sangue, os Tabajara de outras comunidades, os Guajajara e os Warão), fato que não tinha sido discutido em períodos anteriores ou mesmo na elaboração do projeto. De todo modo, a comunidade indígena de Nazaré acolheu a ideia. O último censo do IBGE registrou a existência, no Piauí, de 7.198 indígenas; um número significativo para um estado que, até algumas décadas atrás, propagava a premissa de inexistência e extermínio dos povos indígenas no território piauiense. Dedicar uma parte do museu que contemplasse as narrativas e histórias de luta de outros povos, por meio da exibição de sua cultura material, foi encarado como um passo importante para o movimento indígena organizado do estado e não parecia prejudicar a trajetória dos indígenas habitantes da comunidade Nazaré, que teriam um espaço maior e com infraestrutura para visibilizar e contar suas histórias e tradições por meio da cultura material. Contudo, algumas circunstâncias e atitudes impediram, em parte, o sucesso de um projeto que tinha as condições prévias para realmente se tornar um lugar em que fosse possível guardar as lembranças e os momentos marcantes da história de luta dos povos indígenas do estado do Piauí.

Em primeiro lugar, a falta de atenção real às demandas das comunidades, apesar das discussões coletivas que realmente ocorreram, e a insistência em implementar um projeto concebido *a priori* sem conhecer as diferentes realidades que deveriam retratar – e, evidentemente, construído a partir de ideias pré-concebidas associadas à caracterização dos povos indígenas e aos modos como estes deveriam ser expostos no museu. Isso surge com clareza não apenas dos relatos de alguns dos

indígenas envolvidos no projeto, mas também da configuração atual do museu. Atravessando a exposição, o olhar de quem compartilhou parte de sua trajetória com as comunidades indígenas do estado do Piauí percebe imprecisões, erros, escolhas apressadas e superficiais, feitas para não deixar o trabalho “inacabado” no pouco tempo disponível, ao custo de ter que revisá-lo posteriormente. Ao contrário do que se esperava, após a inauguração nenhum membro da equipe técnica retornou à comunidade de Nazaré para finalizar os detalhes esquecidos durante os últimos e frenéticos estágios de montagem da exposição.

Por exemplo, a seção dedicada ao que já foi um dia o Mia Maria carece de vários objetos que a comunidade considera fundamentais para contar sua própria história e trajetória política. Além disso, a organização das peças da exposição não respeita as categorias indígenas que discutimos anteriormente neste texto, tendo sido estabelecida arbitrariamente por agentes externos à comunidade. Ao menos as coleções Tabajara e Tapuio encontram-se presentes na exposição. De alguns povos indígenas que habitam as regiões sudoeste e sudeste do estado do Piauí (como os indígenas Akroá Gamella, Gueguê do Sangue e Kariri) nem há objetos capazes de representá-los porque a falta de tempo tirou a oportunidade de coletá-los. Eles são substituídos por artefatos de populações de outros estados adquiridos pelos curadores, não se sabe bem como, aonde e por quê. Para citar um exemplo, na seção dedicada aos indígenas Akroá Gamella é possível observar a presença de objetos dos Krahó-Canela, uma população amazônica que habita o estado de Tocantins. Os povos indígenas não são todos iguais. Representar determinados povos por meio da utilização da cultura material de outros povos e admitir essa possibilidade, apenas por que os etnônimos soam semelhantes, revela uma perspectiva profundamente imbuída de uma visão colonial homogeneizadora e estereotipada dessas sociedades.

A existência dessa perspectiva colonial e estereotipada das populações indígenas na narrativa construída pelos curadores nomeados pelo governo estadual também é evidenciada pela tendência, em certos espaços, de privilegiar objetos e imagens consideradas “mais indígenas” ou “autenticamente indígenas” do que outras. Com relação a isso, é

exemplar a dinâmica que acompanhou a criação da galeria de fotos interna. Durante a campanha fotográfica, de fato, algumas pessoas foram excluídas porque suas características somáticas não pareciam “suficientemente indígenas”⁵⁵.

A partir do exposto não é possível afirmar que o processo de construção da exposição tenha sido colaborativo e que representa a narrativa da comunidade indígena Tabajara e Tapuio, responsável pela fundação do primeiro museu indígena do estado do Piauí e que estabeleceu sua expografia a partir de suas próprias categorias étnicas. É possível afirmar apenas que essa comunidade compartilha o mesmo espaço físico. Não houve momentos reais de discussão e escuta das comunidades sobre como esses povos almejavam ser retratados, como suas histórias deveriam ser contadas e quais os objetos de maior valor simbólico que deveriam obter atenção especial na expografia criada durante o período anterior à inauguração do MUPI. Seria melhor afirmar que estamos mais diante de um “Museu sobre os Povos Indígenas do Piauí” do que propriamente diante de um “Museu dos Povos Indígenas do Piauí”, tendo em vista que grande parte dos indígenas não se identificam com o que foi exposto no museu, tendo inclusive dificuldade em se orientar, em seguir uma narrativa a partir da expografia. Apesar da construção dos textos ter sido realizada, em parte, por pesquisadores e acadêmicos que na sua maioria possuem contato e vivência com as comunidades indígenas retratadas nos textos, a leitura da expografia realizada pelo público leigo incita questionamentos por não direcionar o público. Trata-se de um conjunto de textos escritos, bem escritos, dispostos em uma sequência que aparentemente não obedece a ordem alguma. A expografia, portanto, não cumpre a função de direcionar o público. Parte da comunidade possui, inclusive, dificuldade em se orientar.

Uma das peculiaridades dos museus indígenas comunitários, ou pelo menos do que tem apoiado o movimento de reivindicação política em Nazaré, desde 2016, é que as pessoas criam uma relação de proximidade, quase de intimidade, com os objetos que guardam suas memó-

55 Comunicação pessoal feita a Anna Bottesi, dezembro de 2023.

rias. As lembranças e as experiências estão escritas no tipo particular de um trançado de palha, na decoração de um vaso, no formato de uma lamparina, no movimento da roda do engenho para fiar... Em mais de uma ocasião, durante as visitas ao Mia Maria, as pessoas tocavam os objetos enquanto contavam coisas sobre eles, os manipulavam, mostravam como eram usados; às vezes ajustavam partes deles. A interação com o objeto é fundamental no processo de evocação de memórias, conhecimento, conexões entre pessoas, coisas e lugares envolvidos, na criação de algo. De fato, é a partir dessa mesma interação que o tecido social da comunidade é reconstruído cada vez mais, que sua história é revivida e uma série de conhecimentos ligados a um determinado conjunto de saberes são evocados. Assim, o objeto adquire importância em sua visualização, mas também, e acima de tudo, em sua materialidade, uma vez que a relação emocional estabelecida com ele não pode ser separada da relação física. A construção do MUPI nas modalidades que já descrevemos enfraqueceu essa relação.

Além disso, a inauguração do MUPI resultou na criação de um novo tipo de responsabilidade, em termos de gestão dos espaços indígenas que não foi acompanhado do apoio necessário à nova diretoria, como é o caso da responsabilidade financeira em gerir uma estrutura que requer uma manutenção diferenciada, da necessidade de maiores cuidados e maior investimento de recurso para a execução das atividades. Como manter esse espaço aberto diariamente para o público e garantir a manutenção dessa estrutura sem a perspectiva de recebimento de uma verba que garanta as atividades do MUPI? O MUPI vem hoje se mantendo através do trabalho quase voluntário do grupo de jovens indígenas, parte do antigo Núcleo Educativo. Eles são os próprios gestores e atuam na coordenação do espaço, desde a manutenção, o agendamento de visitas, as visitas guiadas, as atividades desenvolvidas e outros projetos iniciados. Os pontos elencados devem ser levados em consideração, bem como a responsabilidade política e cultural, na capacitação desses jovens, uma vez que ampliando a narrativa aos outros povos do estado do Piauí, é preciso saber falar sobre esses outros grupos étnicos, é preciso conhecer suas histórias e suas demandas – já que

estes não encontram-se fisicamente presentes nesse espaço e não foram disponibilizados meios e recursos adequados.

Estabelecer um espaço no qual vários grupos indígenas, além da comunidade em que o museu está localizado, possam se contar e ser contados certamente revela boas intenções por parte do governo, porém isso não é suficiente para criar um museu que seja realmente inclusivo e representativo da multiplicidade de histórias e perspectivas na origem de cada processo de afirmação étnica, política e cultural. A construção do MUPI foi, de fato, uma grande conquista para os povos indígenas do Piauí, mas é necessário um trabalho constante de diálogo, escuta, comparação, negociação, avaliação de possibilidades e limitações (pessoais, econômicas, administrativas), abertura e disposição para produzir um discurso que respeite as demandas e posições daqueles que lutaram pela sua criação desde o início (os Tabajara e Tapuio-Itamaraty) e daqueles que se aproximaram mais recentemente. Sem isso, o MUPI representará mais um instrumento de propaganda política, mais útil para alcançar resultados positivos na próxima eleição do que um instrumento para promover atitudes e narrativas não hegemônicas e reequilibrar relações de poder assimétricas. Concluimos esse texto afirmando que não há motivos para nos alarmarmos. Os povos indígenas têm sido mestres na agência e na resistência nos últimos quinhentos anos e têm aprendido a subverter situações impostas e voltadas ao seu silenciamento (consciente ou inconsciente) e, no MUPI, o processo de (re)apropriação e “indigenização”⁵⁶ efetiva de seus espaços encontra-se em andamento.

56 James Clifford, *Returns: Becoming Indigenous in the Twenty-First Century* (Cambridge: Harvard University Press, 2013).

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Regina, e Mário de Souza Chagas, eds. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond e Minc-Iphan-Demu, 2007.

Almeida, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Ames, Michael. “Cannibal Tours, Glass Boxes and the Politics of Interpretations”. Em *Interpreting Objects and Collections*, ed. Susan M. Pearce, 98-106. Londres: Routledge, 2003.

APOINME. *Censo demográfico dos povos indígenas do Piauí*. Lagoa de São Francisco, Piauí, 2021.

Arruti, José Maurício. “O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1996.

Arruti, José Maurício. “A emergência dos ‘remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”. *Mana* 3, n.º 2 (1997): 7-38.

Arruti, José Maurício. “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”. Em *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, editado por João Pacheco de Oliveira, 229-278. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria – LACED, 1999.

Bennet, Tony. *Museum, Power and Knowledge*. Abdingdon e Nova Iorque: Routledge, 2018.

Bottesi, Anna. “‘Se esconder para resistir, aparecer para existir’: autorepresentação e resgate dos saberes tradicionais no Museu Indígena ‘Anízia Maria’ da comunidade Tabajara e Tapuio de Nazaré, Brasil”. Dissertação de mestrado, Università degli Studi di Torino, 2019.

Bottesi, Anna. “O Museu Indígena ‘Anízia Maria’: etnicidade, território e patrimonialização”. *Confluenze* XIII, n.º 2 (2021): 201-225.

Chagas, Mário. “Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal”. Em *Antropologia e patrimônio cultural. Diálogos e desafios contemporâneos*, ed. Manuel Ferreira Lima Filho, Cornelia Eckert e Jane Felipe Beltrão, 175-198. Blumenu: Nova Letra, 2007.

Clifford, James. *The Predicament of Culture*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

Clifford, James. *Returns: Becoming Indigenous in the Twenty-First Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

Costa, João Paulo Peixoto. “A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí”. Em *Patrimônio arqueológico e cultura indígena*, ed. Áurea Pinheiro e Luis Jorge Gonçalves, 140-161. Teresina: EDUFPI, 2011.

Cunha, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu, 2017.

Fabietti, Ugo, e Vincenzo Matera. *Memorie e identità: simboli e strategie del ricordo*. Roma: Meltemi, 1999.

Freire, Paulo. *Pedagogia degli oppressi*. Turim: Edizioni Gruppo Abele, 2018.

Gomes, Alexandre Oliveira. “‘O passado vai tá sempre na frente do presente’: museus indígenas em rede, etnografia em processo”. Em *Direitos indígenas no museu. Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*, ed. Marília Xavier Cury, 195-217. São Paulo: ACAM Portinari, 2016.

Gomes, Alexandre Oliveira. *Pesquisa e registro sobre saberes e conhecimentos tradicionais associados à cultura material dos povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty de Nazaré (Lagoa de São Francisco, Piauí)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2018.

Gomes, Alexandre Oliveira, e Ana Amália Rodrigues de Oliveira. “A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico”. *Museologia e Patrimônio* 3, n.º 2 (2010): 42-55.

Gomes, Helane Karoline Tavares. “Etnicidade e mobilização social indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (1990-2019)”. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual do Piauí, 2020.

Gomes, Helane Karoline Tavares, Anna Bottesi, e Elayne da Silva Nascimento. “Trajetórias e processos no Museu Indígena Anízia Maria da comunidade Tabajara e Tapuí-Itamaraty, estado do Piauí”. *Anais do I Fórum Internacional Indígenas na História* (novembro de 2021): 1-15.

Halbwachs, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.

Marcus, George E. “The Use of Complicity in the Changing Mise-en-Scène of Anthropological Fieldwork”. *Representations* 59 (1997): 85-108.

Monteiro, John. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2001.

Nascimento, Marco Tromboni de S. “O tronco da Jurema: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do Nordeste. O caso Kariri”. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 1994.

Nascimento, Maria Lucinete do, Elayne da Silva Nascimento, João Paulo Peixoto Costa, Helane Karoline Tavares Gomes, e Anna Bottesi. “Esteira de palha de coco babaçu: trançado de palha, raízes de nossas vivências (Os Tabajara e Tapuí-Itamaraty da comunidade Nazaré, Lagoa de São Francisco, PI)”. Em *Narrativas indígenas e cultura material: Piauí e Maranhão*, eds. Síria Emerenciana Nepomuceno Borges, Marleide Lins de Albuquerque e Deusdedit Carneiro Leite Filho. Teresina: Avant-Garde Edições, 2024.

Oliveira, Carlos Estevão de. “O ossuário da ‘gruta do padre’, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas no Nordeste”. *Boletim do Museu Nacional* 14-17 (1942).

Oliveira, João Pacheco de. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

Oliveira, João Pacheco de. *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

Oliveira, Kelly Emanuely de. “Os terreiros e o toré: o diálogo entre religião e política no fortalecimento do povo Xucuru do Ororuba (PE)”. *Cadernos do LEME* 1, n.º 1 (2009): 47-66.

Pollak, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos* 2, n.º 3 (Rio de Janeiro: FGV, 1989): 3-15.

Ramos, Alcida Rita. “Disengaging Anthropology”. Em *A Companion to Latin American Anthropology*, ed. Debora Poole, 466-484. Oxford: Blackwell, 2008.

Rappaport, Joanne. “Beyond Participant Observation: Collaborative Ethnography as Theoretical Innovation”. *Collaborative Anthropologies* 1 (2008): 1-31.

Remotti, Francesco. *Fare umanità: i drammi dell’antropo-poesi*. Bari: Laterza, 2013.

Ribeiro, Gustavo Lins, e Arturo Escobar. *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. Cidade do México Colombia: Universidad IberoamericanaPopayán, 2009.

Sampaio, José Augusto Laranjeiras. “De caboclo ao índio: etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil; o caso Kapinawá”, *Cadernos do LEME* 3, n.º 2 (2011): 88-191.

Stocking, George W. Jr. *Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

Vidal, Lux B. “O Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque-Kuahí: gestão do patrimônio cultural pelos povos indígenas do Oiapoque, Amapá”. Em *Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento*, ed. Maria Cristina Oliveira Bruno e Kátia Regina Felipini Neves, 173-181. Cristóvão: Museu de Arqueologia do Xingó, 2008.

Referência para citação:

Bottesi, Anna, Elayne da Silva Nascimento, e Helane Karoline Tavares Gomes. “De Museu Indígena Anízia Maria a Museu dos Povos Indígenas do Piauí: Processos Museológicos Colaborativos, Contra-Narrativas e Protagonismo Político dos Tabajara e Tapuio - Itamaraty/PI”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 19 (2024): 69-103. <https://doi.org/10.48487/pdh.2024.n19.35917>.